



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

**O IDE EM PORTUGAL
(Atrair Capitais para Criar Emprego)**

**Recomendações ao Governo e às Instituições Públicas sobre
estratégia e medidas a tomar**

1. Situação actual
2. Considerações geoestratégicas
3. Factores condicionantes e ameaças
4. Factores de atractividade
5. Áreas e sectores preferenciais
6. Medidas a tomar a curto e a médio prazo

1. Situação actual

1.1. As mudanças ocorridas na economia global após 2000 em interacção com as escolhas internas, contribuíram para “virar para dentro” a economia portuguesa reduzindo a atractividade de Portugal para o Investimento e para o IDE em particular.

1.2. O IDE (Investimento Directo do Exterior em Portugal), em termos líquidos, sofreu uma redução de 13,5% de 2011 para 2012. A evolução registada nos três anos anteriores foi de ligeiro crescimento do Stock¹, sendo 2011 o melhor dos últimos 5 anos. (Anexo 1)

¹ “Stock” de IDE – existência total de IDE no final do ano



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

1.3. A análise de séries mais longas sobre a FBCF², em Portugal, revela um elemento preocupante: No período 1995–2011 apenas em um ano (1999) Portugal superou a média da UE no investimento (% do PIB) no sector “transaccionável”³. Inversamente, no sector “não transaccionável”⁴ a FBCF, em Portugal, foi sistematicamente superior (% do PIB) à média da UE.

1.4. O stock de IDE em Portugal situa-se em 49,3% do PIB em 2011, um valor intermédio entre os países da UE onde se destacam países como Irlanda (120%), Holanda, Hungria, República Checa e Eslováquia (à volta de 60%).

Pode portanto concluir-se por um volume de IDE insuficiente e por uma aplicação, sobretudo, em sectores não estratégicos para o desenvolvimento nacional com predominância das actividades financeiras seguros e *utilities* (Electricidade, Gás e Água) e um valor líquido residual na indústria transformadora, valores que sugerem fortes deficiências a nível da oferta e dos incentivos públicos à actividade empresarial, relativamente aos Países acima referidos.

2. Considerações Geoestratégicas

2.1. Portugal tem uma presença actual nos mercados internacionais que é muito vulnerável à concorrência de grandes economias emergentes e a cada vez maior número de economias em desenvolvimento. Estando inserido na UE – uma das regiões com um mau desempenho nos próximos anos. O País não pode crescer mantendo o foco nem exclusivamente no que já exporta, nem mantendo uma fixação na Europa. Para responder à crise em que se encontra tem de organizar uma

² Formação Bruta de Capital Fixo/Investimento em conformidade com as Contas Nacionais

³ “Sector Transaccionável” – conjunto de empresas que estão sujeitas à concorrência externa, seja no mercado interno seja nos mercados externos.

⁴ “Sector não Transaccionável” – conjunto de empresas não sujeitas à concorrência externa



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

“expedição colectiva à globalização” – (um desafio colectivo às empresas para que se internacionalizem) para voltar a crescer. A retoma do crescimento deve assentar numa vaga de investimento (nacional e de IDE) e na exportação.

2.2. Portugal terá de aumentar sua quota de IDE numa conjuntura em que a nível mundial o IDE se encontra em recessão – em 2012 a UNCTAD aponta para uma regressão de 18% a nível mundial e de 36% na Europa.

2.3. Está a desenhar-se uma evolução no sentido de uma maior centralidade da posição geográfica de Portugal a partir do alargamento do Canal do Panamá (aproximando Ásia e Europa) e do Acordo de Livre Comércio entre os EUA e a Europa (aproximando a Europa e EUA). Este Acordo constituirá uma verdadeira “revolução” para o posicionamento de Portugal com abertura de novas oportunidades de investimento e comércio com os EUA, designadamente no sector automóvel.

2.4. A importância acrescida de África e das “bacias energéticas do Atlântico Sul” colocam Portugal em boa posição para desenvolver parcerias com grandes investidores internacionais.

Neste contexto, Portugal é e será apenas um “país periférico” se continuar centrado na Europa.

3. Factores condicionantes e ameaças

3.1. Portugal não está na “short list”⁵ do IDE a nível global, encontrando dificuldade em atrair novos investidores (o IDE está sobretudo ligado a empresas que já operam em Portugal).

⁵ “Short list” de IDE – aqueles Países que se destacam na captação deste tipo de investimento



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

3.2. Falta a Portugal uma estratégia de diferenciação dos seus produtos e serviços (incluindo propostas “pronto a utilizar”)⁶ e opções claras sobre áreas e parcerias a privilegiar na procura de IDE (ver adiante nº 6.1).

3.3. A Administração Pública em Portugal nos seus diversos graus (Administração Central, Local, Regional, Institutos, Comissões Coordenadoras, etc.) lida mal com o Investimento e pior ainda com o IDE. A ineficiência da Administração Pública Portuguesa (em particular a que lida com processos de licenciamento) é o factor referido com mais frequência pelos investidores estrangeiros que operam em Portugal. Também as Autarquias e, principalmente, os Tribunais (comerciais, de trabalho e fiscais) são referidos como “difíceis de lidar” por esses investidores (ver também 6.2.4).

3.4. Muitas das dificuldades referidas têm a sua origem na organização excessivamente complexa e descoordenada da Administração Pública (lato sensu) e na atitude demasiado complacente relativamente às Directivas da UE, aquando da sua transposição para a ordem jurídica portuguesa. Recomenda-se um retrocesso em algumas matérias objecto de regulamentação europeia.

3.5. A rigidez da legislação laboral, a fiscalidade (ver também 6.2.7) e, sobretudo, os prazos de pagamento são fontes de dificuldades apontadas pelos investidores estrangeiros.

⁶ Propostas “pronto a utilizar” – ficheiros sectoriais incluindo as vantagens e benefícios (localização, logística, disponibilidade de mão-de-obra/quadros técnicos, mercados, administrativos, fiscais, etc.) para os investidores estrangeiros. Estes ficheiros permitiriam uma maior eficácia em acções de promoção externa.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

3.6. Embora as infra-estruturas sejam, de um modo geral, um ponto forte na atractividade de IDE, sublinham-se algumas carências a nível de redes informáticas (banda larga), rede ferroviária e rodoviária (“last mile”)⁷ e infra-estruturas ambientais (ver também 6.2.1).

3.7. A possibilidade de a Comissão Europeia vir eventualmente a adoptar uma orientação desfavorável à utilização de fundos estruturais em apoio ao IDE, constitui uma ameaça significativa nesta matéria.

4. Factores de atractividade

Os factores de atractividade de Portugal para uma nova geração de actividades exportadoras de bens, serviços, conteúdos e conceitos (com reflexos no IDE) incluem:

- Qualidade dos quadros técnicos, nomeadamente, engenheiros que se formam em várias instituições do Ensino Superior em Portugal;
- Existência de quadros qualificados em áreas funcionais horizontais e de uma população jovem escolarizada, sem qualificações, mas qualificável num curto prazo de tempo
- A concretização desde 1986 do maior programa de formação avançada de recursos humanos em Ciências e Tecnologias da história moderna de Portugal, envolvendo dezenas de milhares de jovens que frequentaram universidades nos EUA e Europa, em formações pós licenciatura
- Existência de uma rede de Institutos Politécnicos e Universidades com capacidade de formar quadros adaptados a necessidades das empresas

⁷ “Last mile” – termo utilizado para significar os troços de ligação entre os grandes eixos ferroviários/rodoviários e as localizações empresariais. A falta de qualidade destes troços (má sinalização, deficiente largura ou falta de facilidades de estacionamento para veículos de grande porte) causa dificuldades ao acesso às empresas.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

- Existência dum conjunto já assinalável de Centros de I&D, avaliados periodicamente por peritos estrangeiros, em Ciências e Tecnologias da Saúde, Ciências da Computação, Tecnologias da Informação e Comunicações, Engenharia Mecânica, Automação e Robótica, Biologia e Biotecnologia etc.
- Disponibilidade de Fundos Estruturais da União Europeia para co-financiar programas de formação dedicada às necessidades específicas de empresas individuais e de grupos de empresas
- Relação favorável qualidade/custo aos vários níveis de qualificações, hoje mais patente nas qualificações elevadas
- Recentemente foram introduzidas reformas na legislação do trabalho e na gestão do mercado de trabalho que permitem às empresas maior flexibilidade na gestão dos recursos humanos que empregam
- Excelente adaptação e múltiplas oportunidades de formação de jovens em línguas estrangeiras e possibilidade de empregar recursos humanos em múltiplas línguas;
- Localização favorável à instalação de actividades orientadas para os mercados do Atlântico Norte (posição valorizada pela constituição da futura Zona de Livre Troca Transatlântica), Atlântico Sul e Mediterrâneo/Médio Oriente
- Localização geográfica que permite, devido à diferença de fusos horários, que Portugal seja um destino de *nearshore*⁸ na Europa trabalhando em articulação com a Índia
- Qualidade das telecomunicações e serviços afins; presença de operadores internacionalizados
- Vantagens da Integração num espaço económico como a União Europeia e ausência de riscos cambiais como resultado da participação na zona euro
- A oferta diversificada de habitação, com custos em redução quer nas duas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, quer em cidades médias

⁸ "Nearshore" – representação de uma empresa multinacional, com sede noutra espaço geográfico, junto de uma zona para onde pretende exportar os seus produtos.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

- A qualidade de vida, e o investimento realizado em infraestruturas de saúde, educação, ambiente e acessibilidades e variedade e a qualidade dos serviços pessoais e das actividades culturais
- O capital social e os valores imateriais, a tolerância, a capacidade de integração.

Este conjunto de 16 factores são decisivos para atrair empresas multinacionais para Portugal e, ao mesmo tempo, gerar emprego e empresas inovadoras no País permitindo em conjunto gerar o Volume e Variedade que as "vagas exportadoras" necessitam para serem transformadoras da economia.

5. Áreas geográficas e sectores preferenciais para captação de IDE

5.1. Na definição de uma estratégia nacional de captação de IDE, as áreas preferenciais deverão ser articuladas com os sectores em que Portugal evidencia melhores condições de atractividade, numa óptica de respeito pelos princípios do mérito e da livre iniciativa empresarial (o que exclui qualquer "voluntarismo" do Governo na selecção desses sectores).

5.2. Tendo presentes as considerações geoestratégicas supra referidas (ver nº 2) e, nomeadamente a futura Zona de Comércio Livre Transatlântico, Portugal deverá atribuir uma maior prioridade à atracção de investimento dos EUA e Canadá, orientado para actividades exportadoras de bens, serviços e conteúdos.

5.3. Deverá igualmente consolidar o seu relacionamento bilateral com a Alemanha, que tem sido a origem da maior parte do IDE no sector transaccionável no nosso país, aplicando-o a novas actividades industriais e de serviços e valorizando o posicionamento geo-económico de Portugal e as suas conexões internacionais para as empresas alemãs. Ao mesmo tempo será importante aumentar o grau de



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

notoriedade junto dos investidores do Baden Wuttemberg, Baviera e Hesse (os Estados alemães com mais elevada densidade de empresas multinacionais).

5.4. Acções de promoção focadas deverão visar os anteriores países da “Efta” que conhecemos bem (Inglaterra, Noruega e Suécia) que dispõem de grupos multinacionais e empresas inovadoras de primeiro plano e que podem ter vantagem em localizar serviços e/ou fases de fabrico em Portugal ou até vir a participar no capital de empresas energéticas ou na exploração de recursos do fundo do mar na ZEE portuguesa.

5.5. Na proximidade da Europa deveríamos atribuir a maior prioridade à atracção de investimento, conhecimento e conexões internacionais com Israel que é actualmente um dos países mais inovadores do mundo. Também a Turquia, pelo dinamismo económico e posição estratégica, bem como pelo interesse que vem manifestando em estabelecer pontos de contacto com Portugal, deve merecer a atenção dos decisores nacionais.

5.6. Fora da Europa, devemos privilegiar regiões pertencentes às economias tecnologicamente mais avançadas do Pacífico (além dos EUA e Canadá), ou seja, o Japão e (preferindo na Ásia de matriz chinesa “Estados intersticiais”) Singapura.

5.7. E se quiséssemos olhar para o “Sul da economia mundial” deveria ser prioritário estreitar alianças empresariais e atrair investimento vindo de regiões da Índia e do Brasil, onde se localizem multinacionais em busca de investimento e de localizações no exterior e em Estados do Conselho de Cooperação do Golfo (Qatar, Emiratos Árabes Unidos e Omã).



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

6. Medidas a tomar a curto e médio prazo

Todas as principais medidas devem ser quantificadas e estabelecidas metas para a sua conclusão, acompanhadas de métricas para acompanhar a sua evolução.

6.1. **Uma nova estratégia de promoção externa**, estabelecida em conformidade com os princípios e nas áreas supra referenciadas (ver nº 5), incluindo uma “abordagem por produto” e, sempre que possível, “pronto a usar” (a exemplo do que se passa nas concessões de prospecção de hidro carbonetos).

6.1.1. A divulgação adequada junto dos investidores potenciais dos processos de decisão (e optimização destes, processo a processo, sector a sector), acompanhando esta divulgação de análises de benefícios numa óptica de “benchmarking” de Portugal face aos seus principais concorrentes à captura de IDE.

6.1.2. Definir países alvo e empresas alvo e criar nas Embaixadas Grupos de Trabalho com essa empresas e com empresas portuguesas; designar embaixadores honorários para esses países/empresas alvo.

Os países alvo englobarão economias desenvolvidas em que se concentrem empresas globais inovadoras e economias emergentes em que se concentram empresas em processo de expansão internacional.

6.1.3. Organizar nestes “países alvo” uma presença permanente que se traduza:

- na informação sobre a economia portuguesa, os seus factores de atractividade, as reformas estruturais em curso, os investimentos privados em curso
- no contacto directo e repetido com empresas dessas regiões que se pretende ver investir em Portugal
- na organização de visitas a Portugal para as quais se convidem representantes de empresas, associações empresariais, universidades e *media*



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

6.1.4. Atrair maior número de operadores globais de transportes marítimos e aéreos para a utilização nas suas redes de portos e aeroportos em Portugal.

6.2. No que concerne as **medidas sobre funções do Estado e gestão Pública**, recomenda-se:

6.2.1. Atribuir prioridade absoluta aos investimentos em infraestruturas que assegurem a mais ampla conectividade internacional física e digital (telecomunicações de última geração, aeroportos, portos de águas profundas, plataformas logísticas multimodais, autoestradas do mar e ligações ferroviárias ao centro da Europa, com co-financiamento comunitário maioritário) e que são importantes criadores de emprego.

6.2.2. Incentivar o envolvimento das empresas na qualificação de recursos humanos e, em particular, criar incentivos para a contratação de “jovens para a internacionalização” a atribuir a jovens disponíveis para trabalhar durante um certo tempo em empresas/países alvo; aproveitar o programa “Contacto” para encaminhar jovens licenciados para estágios nas regiões alvo, completado por um seu envolvimento posterior na criação de bases de conhecimento actualizadas sobre essas regiões e os seus sectores empresariais mais internacionalizados.

6.2.3. Manter o foco na revisão da legislação laboral no sentido de uma progressiva flexibilização (designadamente a redução de categorias profissionais) e na necessidade de respeitar as soluções internas das empresas.

6.2.4. A revisão de regimes de licenciamento industrial com a implementação efectiva do Sistema da Indústria Responsável⁹ e simplificação dos regimes de licenciamento prévio que se mantêm. Dadas as resistências por parte da Administração Pública à revisão e aplicação destes regimes, o Governo deve

⁹ “Sistema da Indústria Responsável” – conjunto de medidas de simplificação dos regimes de licenciamento industrial, aprovadas pelo Governo, que assentam no princípio da não exigência de autorização prévia e responsabilização dos Agentes Económicos.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

passar a responsabilizar disciplinarmente os agentes responsáveis por esses atrasos, sob pena de nada acontecer na prática.

6.2.5. A venda de activos a preços de mercado, como forma de limpeza e de desalavancagem dos balanços dos Bancos facilitaria a concessão de crédito à economia – factor decisivo na recuperação do Investimento.

6.2.6. Redução dos custos da electricidade para a indústria por supressão das componentes de facturação que não tenham a ver com o custo de produção, transporte e distribuição.

6.2.7. Rever o sistema fiscal tendo presente o objectivo prioritário de internacionalização da economia portuguesa e, designadamente, de entrar na “short list de IDE à escala global”.

Para que tal seja conseguido, a Reforma do IRC em curso deverá assumir como estruturantes os seguintes princípios e medidas:

- a) Estabilidade (10 anos de vigência para as normas) – fundamental!
- b) Clareza (explicitação dos conceitos)
- c) Redução programada de taxas (derrama estadual e taxa nominal de IRC) para valores dentro do 1º quartil da UE
- d) *Tax rulings*¹⁰ e acordos prévios a publicar em Portal em língua inglesa (a preparar em conjunto com a AICEP)
- e) Simplificação de procedimentos e regimes
- f) Regime mais favorável de consolidação fiscal
- g) Regras para evitar a dupla tributação de dividendos e mais valias auferidos em Portugal e no estrangeiro (além da União Europeia e dos Palops), revogando por isso o regime fiscal das SGPS;
- h) Crédito fiscal por investimento e por capital próprio;
- i) Alargamento do prazo de reporte dos créditos de imposto por insuficiência de colecta por forma a coincidir com o período de reporte dos prejuízos fiscais;

¹⁰ “Tax Rulings” – regime fiscal definido pela Administração Fiscal com um certo contribuinte para uma dada situação e por um determinado período



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

- j) Tributação de juros e royalties em linha com o que faz a Holanda;
- l) Neutralidade fiscal em sede de reestruturação de empresas fora da UE (Palops por exemplo)
- m) Residentes não habituais: pôr a funcionar o regime especial de tributação¹¹ “boicotado” pelos serviços (e fazer a sua “reconciliação” com o anunciado sobre os “golden Visa”) responsabilizando disciplinarmente os responsáveis pelo “boicote” sem o que nenhum regime especial chegará a ser aplicado. É imperativo que o Governo assuma uma clara posição face às actuações “contra legem” de alguns serviços da e Instituições da Administração Pública.
- n) Simplificação aduaneira – aplicação de medidas consistentes com o papel de Portugal como “ HUB” transatlântico;

6.2.8. A assunção destes princípios na Reforma Fiscal em curso não deve obstar à reintrodução, ainda em 2013, ao abrigo da autorização legislativa do OE 2013, de um regime favorável, em *benchmark* internacional (incluindo majoração para as empresas cotadas), de dedução de lucros retidos e reinvestidos.

¹¹ “Regime especial d tributação de pensões de residentes não habituais” que está na lei desde 2009 mas que nunca foi aplicado pelo Fisco (falta de liquidação das declarações entregues ao abrigo desta legislação que isenta duplamente as pensões de não residentes). Há quem fale de “veto de gaveta” da Administração Fiscal.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

NOTA

Para a elaboração destas “Recomendações” o Forum para a Competitividade contou com a preciosa colaboração do Grupo de Trabalho *ad hoc* sobre “O IDE em Portugal”, assim constituído:

- António Alfaiate, Director Geral da CIP
- António Melo Pires, Director Geral da Volkswagen Autoeuropa
- Benedito Siqueira, Director Industrial da Embraer Portugal – Estruturas em Compósitos, S.A.
- Hans-Joachim Böhmer, Director Executivo da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã
- Jaime de Lacerda, Director Geral do Forum para a Competitividade
- Jaime Esteves, Tax Lead Partner na PWC
- John Goldsbrough, Senior Trade & Investment Officer da Embaixada Britânica
- José Félix Ribeiro, Economista e Ex-Director Geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento
- Madalena Oliveira e Silva, Directora dos Custos de Contexto e Projectos PIN da AICEP
- Margarida Silva, Manager de Compensação, Desenvolvimento e Destacamentos Internacionais da Volkswagen Autoeuropa
- Matthias Fischer, Conselheiro para os Assuntos Económicos da Embaixada da Alemanha
- Nelson de Souza, Director Geral da AIP-CCI
- Pedro Ferraz da Costa, Presidente do Forum para a Competitividade
- Pedro Gonçalves, Administrador Executivo da AICEP
- Rita Faden, Subdirectora Geral dos Assuntos Europeus
- Rui Madaleno, Director de Departamento de Economia da AIP-CCI
- Rui Vilar, Advogado Consultor na PLMJ, Ex-Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

E, também, com o apoio de:

AICEP

AIP-CCI

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa

CIP

UK Trade & Investment

A todos os nossos agradecimentos.

Lisboa, 10/05/2013

Forum para a Competitividade